

PARTIDO REPUBLICANO FLUMINENSE (PRF)

Partido político fluminense fundado em 13 de novembro de 1888 com o nome de Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Apareceu pela primeira vez com a denominação Partido Republicano Fluminense (PRF) em 18 de abril de 1892. Foi extinto junto com os demais partidos do país pelo Decreto nº 37, de 2 de dezembro de 1937, logo após a instalação do Estado Novo.

DE 1888 A 1897

A penetração das ideias republicanas na província do Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorreu na vizinha cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império, foi lenta. Enquanto, na Corte, desde 1870 fora fundado o Clube Republicano – também chamado Partido Republicano – e lançado o *Manifesto Republicano*, só após a abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, os republicanos fluminenses ganharam novas adesões e força política. E só então foi criado, durante o Congresso Republicano Provincial, realizado na Corte em 13 de novembro daquele ano, o Partido Republicano da Província do Rio de Janeiro. Com isso aliaram-se os republicanos históricos e os republicanos “do 13 de maio”, chefes políticos que se afastaram dos monarquistas após a abolição. Criado o novo partido, Silva Jardim foi escolhido presidente da comissão executiva, também integrada por Alberto Torres, secretário, Antônio Furquim Werneck de Almeida, tesoureiro, Francisco Portela e Virgílio Pessoa, delegados do norte, e Antônio Santos Werneck e Teófilo de Almeida, representantes do sul fluminense.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e instalado o governo provisório de Deodoro da Fonseca, Francisco Portela foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro por indicação do prestigiado republicano Quintino Bocaiúva, então nomeado ministro das Relações Exteriores. As primeiras medidas administrativas de Portela buscaram tecer uma rede de apoio para seu governo que fosse além do Partido Republicano. Assim, nas nomeações para cargos públicos, procurou beneficiar chefes políticos que não eram filiados ao partido. Tal postura criou divergências, o que fez com que, no congresso do partido realizado em Niterói no dia 15 de abril de 1890, fosse aprovada sua exclusão do diretório estadual.

Nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, Portela compôs uma chapa de candidatos, enquanto o Partido Republicano lançou a sua própria. A vitória da chapa de Portela tensionou ainda mais sua relação com o Partido Republicano. No dia 19 de outubro, Portela outorgou a primeira Constituição republicana do estado do Rio de Janeiro, de caráter provisório, já que a Assembleia Constituinte Fluminense deveria ser instalada somente no ano seguinte, após ser promulgada a Constituição federal. A promulgação da Carta ocorreu em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte Deodoro foi eleito indiretamente presidente da República, e em 20 de março realizaram-se as eleições no estado do Rio de Janeiro. Mais uma vez o governo derrotou a oposição e, com a instalação da Assembleia em 10 de maio de 1891, Francisco Portela foi eleito presidente constitucional do estado. A Assembleia, utilizando a Constituição de 19 de outubro como anteprojeto, promulgou uma nova Carta que fortaleceu o governo e sua facção política.

Diante da renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891, sem ter mais apoio do poder federal, Portela renunciou à presidência do estado do Rio no dia 10 de dezembro. Em seu lugar assumiu o governo por um dia o almirante José Marques Guimarães, até a posse do sucessor Carlos Baltasar da Silveira. Este dissolveu o Congresso estadual e convocou eleições para uma nova Constituinte em janeiro de 1892. A segunda Constituição fluminense foi promulgada em 9 de abril de 1892. Em 18 de abril, a comissão encarregada de indicar os candidatos à Assembleia Legislativa estadual (ALERJ) divulgou no jornal *A República* a chapa oficial em nome do Partido Republicano Fluminense (PRF). Realizado o pleito em 24 de abril de 1892, o PRF elegeu todos os seus candidatos, e o restante da ALERJ foi composto por candidatos avulsos simpatizantes do partido. No mesmo dia, José Tomás da Porciúncula, presidente da Assembleia Constituinte de 1892, foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro (1892-1894), consolidando sua liderança dentro do PRF. Além dele, Manuel Martins Torres, Joaquim Maurício de Abreu e Lourenço Maria de Almeida Batista, barão de Miracema, foram eleitos vice-presidentes. Esse trio de vice-presidentes refletiu os atritos dentro do grupo que passou a liderar o PRF, já que houve denúncias por parte da imprensa de Campos, reduto eleitoral do barão de Miracema, de que o tradicional líder do município fora vítima da manipulação de resultados e por isso só conseguira se eleger para terceiro vice. Foram também denunciados o suposto

favorecimento de Martins Torres para a primeira vice-presidência e a exclusão da lista de vitoriosos de Antônio Ribeiro Cardoso, aliado do barão.

O governo de Porciúncula marcou o início da hegemonia do PRF na política estadual, já que, após a derrubada de Francisco Portela e do governo de transição de Carlos Baltasar da Silveira, o poder político do estado passou às mãos dos setores majoritários da oligarquia fluminense. O PRF de Porciúncula e o presidente Floriano Peixoto também se apoiaram mutuamente. Essa proximidade ficou mais evidente na eleição do sucessor de Floriano, quando a oligarquia paulista organizou o Partido Republicano Federal para garantir a eleição de seu candidato Prudente de Moraes. Nos debates que marcaram a criação do novo partido e na campanha que levou à eleição de Prudente de Moraes para a presidência da República em março de 1894, o PRF esteve presente, tendo especial destaque o então deputado federal Nilo Peçanha, que iniciava sua ascensão na política nacional e dentro do próprio PRF.

Ainda em março de 1894 o PRF elegeu todos os seus candidatos à Câmara dos Deputados, mesmo tendo lançado uma chapa incompleta. Nas vagas remanescentes, foram eleitos candidatos avulsos identificados com o PRF. Em julho, o PRF elegeu Joaquim Maurício de Abreu presidente do estado (1894-1897), apoiado por Porciúncula. Nessa eleição, Maurício de Abreu conseguiu a grande maioria dos votos, vencendo em todo o estado, menos em Niterói, onde o antigo presidente Francisco Portela foi o mais votado.

Durante o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), o Partido Republicano Federal absorveu muitos partidos estaduais, que viraram seções da agremiação nacional. O PRF manteve sua identidade política e preservou sua sigla, mas foi um importante aliado do governo federal, o que pode ser medido pela participação de membros do partido na composição do governo: Manuel de Queirós foi vice-presidente do Senado, Sebastião Lacerda foi ministro da Viação, Edwiges de Queirós foi chefe de polícia do Distrito Federal e Alberto Torres foi ministro da Justiça.

Em janeiro de 1895, já durante o governo de Maurício de Abreu, foi realizada a convenção do PRF em Petrópolis (RJ) – para onde havia sido transferida a capital do estado desde fevereiro de 1894, devido os intensos distúrbios que agitaram Niterói, antiga capital, durante a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894. A escolha de Petrópolis refletiu a força de Porciúncula dentro do PRF e

da ALERJ, já que a cidade era seu reduto político; a volta da capital para Niterói só aconteceria em 1903, sob imposição de Nilo Peçanha, então eleito presidente estadual.

Durante a convenção do PRF, o deputado estadual Artur Sá Earp apresentou proposta no sentido de que Porciúncula, então deputado federal e líder máximo do PRF, fosse substituído da liderança do partido – durante sua permanência no exterior como ministro plenipotenciário na Argentina – por uma comissão eleita durante o encontro e integrada por 15 membros, três de cada um dos cinco distritos eleitorais do estado. Nilo Peçanha apresentou proposta semelhante, mas com a diferença de que a comissão seria formada por apenas cinco membros. A proposta de Sá Earp foi aceita, o que garantiu certa estabilidade ao PRF, na medida em que o grande número de membros reduzia possíveis cisões. Entretanto, a partir desse momento, as relações de Nilo com a direção do PRF começaram a se deteriorar.

Nas eleições estaduais de 20 de março de 1895 a chapa oficial do PRF foi vitoriosa em todo o estado. Entretanto, ao retornar ao Brasil, Porciúncula passou a articular a centralização do poder partidário e o alijamento das correntes que se opunham à sua liderança. No congresso do PRF realizado em setembro de 1896, novamente em Petrópolis, foram escolhidas as novas lideranças partidárias. Porciúncula foi eleito chefe do partido, e o diretório estadual ficou dividido entre os representantes dos cinco distritos eleitorais: Martins Torres (primeiro), visconde de Quissamã (segundo), Miguel de Carvalho (terceiro), Hermogêneo Silva (quarto) e João Barcelos (quinto). Essa composição reforçou ainda mais a liderança de Porciúncula e o rompimento definitivo entre o PRF e o grupo político liderado pelo barão de Miracema. Após a convenção, Nilo Peçanha, também descontente com o resultado, anunciou que renunciava naquele momento à vaga que lhe cabia na chapa oficial do PRF para as próximas eleições federais.

Como resultado dessa divergência, a bancada do PRF na ALERJ ficou dividida entre os que permaneceram fiéis ao partido e os que ficaram ao lado dos miracemistas. A mesma divisão do PRF foi percebida na Câmara dos Deputados, quando parte dos deputados federais do PRF permaneceu aliada do Partido Republicano Federal e do presidente Prudente de Moraes, e parte reforçou sua aliança com o barão de Miracema e passou a compor com Francisco Glicério, deputado federal paulista e opositor de Prudente de Moraes dentro do próprio Partido Republicano Federal.

As eleições federais de 1896, além da grande disputa política entre esses dois grupos, foram marcadas pela interferência do vice-presidente Manuel Vitorino, que então ocupava a presidência da República devido à licença de Prudente de Moraes, gravemente doente. O governo federal interveio nas eleições na cidade de Campos, onde a oposição ao PRF era mais forte, procurando garantir o resultado do pleito sem interferência do governo estadual, ou seja, enfraquecendo o PRF e fortalecendo a liderança do barão de Miracema e de Nilo Peçanha. Diante disso, o PRF rompeu com Manuel Vitorino, e Alberto Torres, também membro do partido, demitiu-se do Ministério da Justiça. Com a volta de Prudente de Moraes ao poder em março de 1897, o PRF voltou a ganhar força no cenário nacional, mas àquela altura já tinham sido eleitos os opositores do partido liderados por Nilo Peçanha e pelo barão de Miracema.

Para a sucessão estadual em 1897, o grupo miracemista aliou-se ao grupo do ex-presidente estadual Francisco Portela e juntos formaram a Liga Oposicionista, lançando a candidatura de João Batista Laper. O PRF lançou Alberto Torres, candidato vitorioso com ampla margem de votos no pleito realizado em 11 de julho. Nas eleições para a ALERJ realizadas em dezembro do mesmo ano, o PRF elegeu todos os deputados estaduais. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, o PRF até então “não se constitu[íra] em torno de um programa consistente, mas de ideias gerais em que a defesa da autonomia do estado e do federalismo era o ponto central. No entanto, ao contrário do que aconteceu em estados como São Paulo, Minas Gerais e Bahia, onde a primeira década republicana foi marcada pela existência de vários partidos frágeis e poucos coesos, no estado do Rio o PRF funcionou praticamente como um partido único até 1897, garantindo a estabilidade da política estadual.”

DE 1897 A 1909: PRF X PRRJ

O governo de Alberto Torres (1897-1900) marcou definitivamente o fim da hegemonia da primeira geração de líderes do PRF na política fluminense. O primeiro passo do rompimento entre Alberto Torres e o partido foi a nomeação de sua equipe de governo sem consulta à comissão executiva do PRF. Depois dessa medida, a distância entre o presidente e o partido ficou maior com a intervenção do governo estadual na Câmara Municipal de Campos, já tradicional reduto dos opositores ao PRF, determinando que, mesmo após o fim do mandato, os vereadores reassumissem interinamente seus lugares na

Câmara Municipal, favorecendo assim a corrente miracemista. A resposta das lideranças do PRF foi a convocação de uma sessão extraordinária na ALERJ, que tinha a mesa diretora controlada por seus partidários, para determinar o *impeachment* de Alberto Torres. Em abril de 1899 a divisão da ALERJ era evidente, tendo a representatividade do PRF, que elegera todos os deputados, caído para pouco mais da metade. Na Câmara, nove deputados federais apoiaram Alberto Torres, enquanto o PRF manteve oito fiéis à sua liderança. No Senado também houve equilíbrio: Porciúncula permaneceu liderando o partido, enquanto Manuel de Queirós Matoso Ribeiro ficou ao lado de Alberto Torres. Quintino Bocaiúva procurou manter-se neutro na disputa.

Diante das intensas divergências, o PRF sofreu uma ruptura. Em maio de 1899, Martins Torres, o visconde de Quissamã, Hermogêneo Silva e João Francisco Barcelos, todos membros da comissão executiva e apoiadores de Alberto de Torres, renunciaram a seus cargos. Em 23 de julho, foi fundado o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), liderado principalmente por Alberto Torres e Nilo Peçanha. Segundo Sérgio Lamarão, “embora o PRF e o PRRJ não apresentassem diferenças de natureza político-ideológica mais profundas, compartilhando ambos interesses de classe comuns e tecendo suas redes de adesão na oligarquia rural e nas incipientes camadas médias urbanas dela dependentes”, alguns pontos distinguiam os dois partidos. Enquanto o PRF contava “em suas fileiras com um grande número de políticos comprometidos com o *ancien régime* e com a escravidão”, e fora um continuador das práticas lideradas pelo conselheiro Paulino, que “dominara a política fluminense desde a década de 1870”, o PRRJ, “embora abrigasse alguns ex-monarquistas notórios, como os barões de Miracema, Ipiabas e Palmeiras e o visconde de Quissamã, era marcado pelo republicanismo de suas lideranças mais jovens, como Alberto Torres e Nilo Peçanha”.

Após essa cisão, o PRF perdeu força no cenário político estadual e federal. Favorecido pela política dos governadores, o PRRJ elegeu 16 dos 17 deputados federais no pleito de dezembro de 1899, cabendo ao PRF a eleição de apenas um deputado. Esse resultado foi acridamente debatido pelos partidários do PRF, e em abril de 1900, às vésperas das sessões preparatórias para os trabalhos da Comissão Verificadora de Poderes, o partido recebeu o apoio da bancada paulista, que, em solidariedade aos antigos aliados políticos, pediu ao presidente da República Campos Sales (1898-1902) que fosse reconhecida a

eleição de candidatos do PRF na proporção de um terço da bancada fluminense. Diante das práticas da política dos governadores, o pedido foi negado, e confirmou-se o resultado eleitoral: foram reconhecidos 16 deputados federais do PRRJ e apenas um do PRF.

No âmbito estadual, o PRF ainda controlava a maioria da ALERJ e chegou a articular a candidatura de Maurício de Abreu, Sebastião Lacerda ou Paulino Soares de Sousa Júnior à sucessão de Alberto Torres. Contudo, com o lançamento da candidatura de Quintino Bocaiúva, articulada por Nilo Peçanha, o PRF abriu mão de um candidato próprio, já que tinha boas relações com Quintino devido a seu posicionamento neutro na cisão partidária que originara o PRRJ. Mesmo pressionando a indicar os três vice-presidentes, o PRF não conseguiu nenhuma participação no governo estadual ao ser confirmada a vitória de Quintino Bocaiúva para a presidência estadual (1900-1903). No pleito de 30 de dezembro de 1900 para a ALERJ, o PRF lançou nove candidatos por distrito eleitoral, mas não conseguiu vencer a chapa oficial do PRRJ, reduzindo seu número de deputados estaduais de mais de 30 para apenas cinco.

Mesmo com pouco espaço político, o PRF apoiou o governo de Quintino Bocaiúva e sua candidatura à presidência da República, tendo sido o partido que a apresentou, em março de 1901. Quintino foi apoiado também pelo PRRJ e teve como um dos principais articuladores de sua campanha Nilo Peçanha. Ainda em 1901, com a morte de Porciúncula, em 28 de setembro, o PRF passou a ser liderado por Miguel de Carvalho. Mesmo com um reduzido número de representantes no Legislativo estadual e federal, o PRF ainda contava com forte influência política em vários municípios fluminenses, o que garantia, de certa forma, sua sobrevivência. Nas eleições de março 1902, nova decepção: Quintino Bocaiúva foi derrotado pelo paulista Rodrigues Alves (1902-1906).

Em 1903, no período anterior às eleições federais de fevereiro, houve uma aproximação entre a corrente liderada por Miguel de Carvalho (miguelistas) e a corrente nilista, que resultou na incorporação de cinco candidatos miguelistas na chapa oficial que concorreria à Câmara dos Deputados. Com isso, Nilo procurava contrabalançar a influência de Hermogêneo Silva na situação fluminense. A partir daí, a sigla PRF passou a designar o partido do governo, dando a impressão de que os miguelistas teriam sido incorporados ao nilismo dominante na condição de minoria. Esse acordo causou muitas reações adversas, já que, com a inclusão dos miguelistas na chapa, alguns nilistas foram preteridos. Ao final do

pleito, a chapa oficial, agora sob a sigla do PRF, foi integralmente eleita. Em 17 de julho, o PRF voltou ao governo estadual com a eleição de Nilo Peçanha para a presidência do estado do Rio de Janeiro (1903-1906). Contudo, em janeiro de 1904, o partido oficial abandonou a sigla PRF e voltou a se designar PRRJ. Nas eleições federais de 1905 e nas estaduais de janeiro de 1904 e dezembro de 1906, o PRF não teve nenhum deputado estadual sob sua legenda.

Em 1909 o PRF voltou a ser articulado, agora sob o domínio de Nilo Peçanha. Em convenção realizada nesse ano, os nilistas abandonaram a sigla PRRJ e passaram a utilizar PRF para designar seu partido. Assim, pouco tempo depois de reorganizado, o PRF chegou à presidência da República com Nilo Peçanha (1909-1910), que foi eleito vice-presidente em 1906 e assumiu o governo após a morte do presidente Afonso Pena em junho de 1909. No âmbito estadual, Nilo Peçanha e Alfredo Backer, presidente do Rio de Janeiro (1906-1910), romperam politicamente, e em dezembro de 1909 o PRF nilista e os partidários de Backer disputaram eleições em clima tenso, com constantes denúncias de fraudes dos dois lados. Ao final, o PRF conseguiu eleger a maioria dos deputados estaduais.

DE 1910 A 1914: PRF X PRCF

Em 10 de julho de 1910 realizou-se a eleição do sucessor de Backer na presidência estadual, o que desencadeou o chamado “Caso Fluminense”. Havia sido lançadas duas candidaturas à sucessão estadual: de um lado, Backer e seus partidários defendiam a candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana e, de outro, Nilo Peçanha e o PRF apoiavam Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Em agosto, cada grupo reivindicou a vitória de seu candidato. Em consequência desse impasse, os dois grupos acabaram deixando a capital do estado, retirando-se ambos para Petrópolis. Prevendo a interferência do governo da União, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal no estado do Rio, terminando por autorizá-la. O impasse permanecia, e quando Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República (15/11/1910) encontrou o chamado “Caso Fluminense” nessa situação. Backer abandonou o palácio de governo no final de dezembro, e o grupo que o

apoiava de posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito. Foi então empossado, no dia 31 de dezembro de 1910, Oliveira Botelho, candidato do PRF e simpático ao governo federal, e a legitimidade do novo governo foi reconhecida pelo Decreto 8.499, expedido em 3 de janeiro de 1911 pelo presidente Hermes da Fonseca.

Contudo, o retorno da sigla do PRF ao Poder Executivo fluminense durou pouco, já que em 14 de fevereiro de 1911 o situacionismo estadual novamente mudou de legenda. Oliveira Botelho procurou se aproximar politicamente do presidente da República e do senador gaúcho Pinheiro Machado, um dos principais nomes da política nacional e um dos articuladores, no âmbito federal, de sua posse no governo do Rio de Janeiro. Nesse sentido, apoiou a moção de solidariedade a Hermes da Fonseca e a integração do PRF ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo governo. Assim, a partir de fevereiro de 1911, o partido situacionista do estado do Rio de Janeiro passou a se denominar Partido Republicano Conservador Fluminense (PRCF), enquanto a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição.

O novo PRF, agora na oposição, passou a aglutinar as várias correntes antinilistas da política fluminense e novamente passou a ter como importante liderança Miguel de Carvalho, além de Alfredo Backer e Hermogêneo Silva. No pleito federal de janeiro de 1912, mesmo tendo apresentado candidatos, o PRF não elegeu nenhum representante. Nas eleições para ALERJ de dezembro do mesmo ano, conseguiu eleger dois deputados estaduais. Contudo, com o rompimento político entre Oliveira Botelho e Nilo Peçanha, novamente o PRF mudaria de mãos.

As divergências entre os líderes estaduais culminaram durante as discussões para sucessão de Hermes da Fonseca. O presidente fluminense apoiou, juntamente com Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, a candidatura do mineiro e então vice-presidente da República Venceslau Brás, enquanto Nilo Peçanha mostrava-se neutro e não comparecia à convenção que homologou essa candidatura, em agosto de 1913. O rompimento definitivo veio com a sucessão estadual, quando Oliveira Botelho, apoiado por Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado, lançou o nome de Feliciano Sodré, prefeito de Niterói, para a

presidência estadual. Nilo Peçanha não concordou com a indicação nem com a interferência federal na política estadual, e candidatou-se ao governo fluminense. Com esse rompimento, os nilistas voltaram a usar a sigla do PRF para sua candidatura, enquanto Feliciano Sodré concorreu pelo PRCF.

Durante a campanha eleitoral, Nilo Peçanha fortaleceu o PRF, percorrendo todo o estado e promovendo comícios, e teve como aliado o jornal *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. Enquanto Feliciano Sodré também viajava procurando apoio das lideranças estaduais, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual procurou derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos nilistas agora agrupados no PRF. Diante da ameaça, os deputados do PRF solicitaram um *habeas-corpus* preventivo junto ao STF que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um essencialmente de partidários de Nilo Peçanha aglutinados no PRF e apoiado pelo STF, e outro de botelhistas organizados em torno do PRCF e apoiado pelos governos estadual e federal. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para abrir a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se assim duas assembleias legislativas, a exemplo do que ocorrera em 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois grupos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, de intervir no estado do Rio de Janeiro, mas, como Hermes estava nos últimos dias de governo, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro o STF homologou outro *habeas-corpus* garantido a eleição de Nilo Peçanha para o seu segundo mandato como presidente do estado Rio de Janeiro (1914-1917). Entretanto, a contenda só foi resolvida quando o novo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), empossado em 15 de novembro, assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado. O presidente adotou tal medida em respeito à posição do STF e em função da reaproximação política entre ele e Nilo, que, mesmo sem ter ratificado seu nome como candidato à presidência da República,

nunca se mostrara seu opositor. Segundo Mônica Kornis, “o apoio de Venceslau certamente expressava o reconhecimento do prestígio político de Nilo, mas também é possível que tenha pesado na decisão presidencial a rearticulação política do eixo Minas-São Paulo, que tinha como um dos seus objetivos o enfraquecimento de Pinheiro Machado, o grande sustentáculo de Feliciano Sodré e do antinilismo”.

DE 1915 A 1920: O DOMÍNIO NILISTA

Novamente na liderança do Executivo estadual, nas eleições de janeiro de 1915 o PRF elegeu oito dos 17 deputados federais do Rio de Janeiro. A dificuldade em consolidar a hegemonia nas eleições federais veio do fato de o estado ainda viver um clima de indefinição diante do conturbada eleição para presidente estadual. Como início dos trabalhos da ALERJ, em agosto, Nilo Peçanha conseguiu diminuir a influência política dos botelhistas e, na eleição para formação da mesa diretora, o PRF conquistou todas as vagas. Nas eleições estaduais de 15 de dezembro de 1915, todos os deputados estaduais que haviam apoiado Feliciano Sodré foram derrotados, e o PRF elegeu 35 deputados estaduais, enquanto oito foram eleitos pela chapa oposicionista Oposição Constitucional Fluminense, e dois foram eleitos como deputados avulsos. A partir desse momento, o PRF controlaria a política fluminense até 1920. Não haveria, contudo, nenhum esforço de fortalecimento partidário, ficando todo o poder sobre a agremiação concentrado nas mãos de Nilo Peçanha.

Assim, em 1916 Nilo reorganizou o PRF a partir de uma nova formação da comissão executiva e do aumento da centralização política interna. Procurou incluir na comissão políticos de projeção nacional que poderiam apoiá-lo no seu projeto de retorno à presidência da República, o que fez com que, após a convenção realizada em 13 de maio na Câmara Municipal de Niterói, a direção do PRF passasse a contar com apenas três políticos de atuação estadual e cinco de maior peso da política nacional.

Depois da saída de Nilo Peçanha do governo do Rio de Janeiro para assumir o Ministério das Relações Exteriores, em maio de 1917, iniciaram-se as discussões no PRF envolvendo a sucessão estadual do ano seguinte. Dois nomes surgiram como possíveis candidatos do partido: João Guimarães, líder campista e sem ligações políticas fora do estado, e Raul Fernandes, deputado federal desde 1909. O então deputado federal Raul Veiga (1909-1917) apoiou o segundo junto ao PRF, mas, evitando o racha político da agremiação, Nilo

Peçanha influenciou os dois candidatos a recusarem a indicação. Raul Veiga e Raul Fernandes passaram então a articular a candidatura do próprio Nilo para um terceiro mandato no governo do estado, e os deputados estaduais simpáticos à ideia propuseram uma reforma constitucional que garantisse tal possibilidade. Nas eleições para o Congresso Nacional de março de 1918, a chapa que receberia o apoio do PRF foi definida por Raul Fernandes, suplantando a comissão executiva do partido. Nesse pleito, o PRF elegeu 14 dos seus 16 candidatos, sendo as outras vagas ocupadas por dois candidatos avulsos e um da oposição. Raul Veiga não recebeu o apoio do PRF e foi derrotado em seu distrito eleitoral por seu primo José Antônio de Morais, que foi eleito deputado federal (1918-1920).

Diante desse conturbado momento entre os situacionistas fluminenses, Nilo Peçanha, que teve seu nome aclamado na convenção do PRF realizada em 13 de maio de 1918 para a escolha do candidato ao governo estadual, recusou sua indicação e recomendou a candidatura de Raul Veiga. A proposta foi aceita pelo partido e não houve necessidade de uma nova reunião para homologá-la. Raul Veiga foi eleito em julho e assumiu a presidência do estado em dezembro de 1918. Em janeiro de 1919, o PRF elegeu todos os deputados estaduais, já que nesse pleito a oposição não conseguiu lançar chapa.

Durante o governo de Raul Veiga (1918-1922), porém, as bases políticas do nilismo foram abaladas. Nilo e o PRF, na eleição presidencial de abril de 1919, apoiaram Rui Barbosa, que foi derrotado por Epitácio Pessoa. Com isso, a oposição ao nilismo, liderada principalmente pelo ex-presidente estadual Oliveira Botelho e por Feliciano Sodré, ganhou mais espaço político no estado e teve mais força e recursos eleitorais. Em maio de 1920, o PRF realizou uma convenção partidária já pensando na sucessão presidencial de 1922, na qual pretendia eleger Nilo Peçanha. Durante a convenção ficou definido que a executiva do partido deveria ser controlada por políticos influentes na esfera federal, em uma tentativa de dirimir as divergências entre Nilo e o governo federal, de modo a fortalecer seu nome para as próximas eleições presidenciais. Também se formalizou a passagem da liderança do partido para Raul Veiga, pois Nilo Peçanha viajou para a Europa logo depois desse encontro, e só retornaria em junho de 1921. Além disso, depois da convenção, os nilistas passaram a referir-se a seu partido como PRRJ, sigla que já abrigara os nilistas de 1899 a 1909, em vez de PRF, sigla que passou a ser novamente adotada pela

corrente antinilista, especificamente pela corrente oposicionista liderada pelo ex-presidente estadual Alfredo Backer.

DE 1921 A 1930: O PRF ANTINILISTA

Nas eleições federais de fevereiro de 1921, as oposições (ou seja, PRF e PRCF) uniram-se sob a sigla do PRCF e lançaram chapa completa, rompendo a expectativa do PRRJ e qualquer possibilidade de acordo. Nesse pleito, foram eleitos os oposicionistas Norival de Freitas e Joaquim Moreira, revelando o peso das oposições. Em dezembro do mesmo ano, nas eleições para a ALERJ, as oposições conseguiram eleger dois deputados estaduais, Belisário de Sousa e Macarino Garcia.

Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha nas eleições para a presidência da República: candidato da Reação Republicana, apoiado pelas oligarquias dissidentes dos estados Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, Nilo foi derrotado por Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Ainda em 1922 a união entre as oposições se consolidou em torno da candidatura de Feliciano Sodré à presidência do estado, na composição intitulada Forças Reunidas da Oposição Fluminense, que disputou a sucessão de Raul Veiga com o candidato nilista Raul Fernandes. Realizada a eleição, ambos os candidatos se declararam vencedores, o que ensejou nova cisão na ALERJ. Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias levou à dualidade de governos. Seguindo a orientação política de Nilo Peçanha, Raul Fernandes temia que o presidente Artur Bernardes, adversário de Nilo, decretasse a intervenção federal no estado do Rio. Assim, apresentou ao STF um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse sua posse. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado, recebendo o cargo de Raul Veiga no palácio do Ingá, em Niterói, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Alegando a duplicidade de poderes no estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 1923 Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado, entregando o Executivo fluminense a Aurelino Leal, que anulou tanto as eleições de 1922 para presidente estadual quanto as eleições legislativas de 1921.

Em 28 de outubro de 1923 foram realizadas novas eleições para presidente estadual e para a ALERJ, sendo Feliciano Sodré (1923-1927) eleito presidente do estado, depois de uma disputa com Alfredo Backer para saber quem seria o candidato. A antiga oposição, agora situação, elegeu todos os deputados estaduais, derrotando os nilistas abrigados no PRRJ. A partir desse momento, as diversas correntes de oposição ao nilismo, concentradas principalmente no PRF e no PRCF, passaram a usar a sigla do PRF para designar seu partido, constituindo-se como a principal força política fluminense até a Revolução de 1930.

Nas eleições federais de 17 de fevereiro de 1924, o PRF elegeu todos os candidatos à Câmara dos Deputados, e elegeu também Miguel de Carvalho, tradicional opositor de Nilo Peçanha, para o Senado. Com isso, o nilismo perdeu todos os canais de atuação política parlamentar. Na convenção realizada em agosto de 1924, o PRF passou por uma reestruturação, consolidando a liderança partidária de Feliciano Sodré, presidente do estado, do senador Miguel de Carvalho, eleito presidente do partido, e do deputado federal Oliveira Botelho, eleito vice-presidente da agremiação. No encontro também foi elaborada e votada a lei orgânica do partido, que determinava, entre outras coisas, a periodização das convenções, a fixação do mandato das comissões executivas, a definição dos órgãos do partido e suas atribuições específicas. Em outubro de 1924, foi organizado pelo PRF e pelo governo estadual o Congresso das Municipalidades, visando a discutir as providências tomadas pelas administrações públicas fluminenses em diversas áreas. O encontro também marcou a aglutinação das bases políticas do PRF em torno do novo governo, aproximando-o das lideranças municipais do interior do estado.

Em 1926 o PRF apoiou a candidatura de Washington Luís (1926-1930) à presidência da República, e em fevereiro de 1927 elegeu 14 dos 17 deputados federais do estado do Rio de Janeiro. As três vagas restantes foram destinadas à corrente política chamada de “nilistas acordistas”, grupo que se autodesignava “membros dissidentes do PRRJ” e defendia a aliança de seu partido com o PRF.

Ainda em 1926, o PRF perdeu dois importantes líderes ligados ao combate ao nilismo: Alfredo Backer e Luís Guaraná. Backer estava rompido com o governo estadual desde quando seu nome fora preterido em 1923 em favor de Feliciano Sodré, e procurou criar um campo oposicionista próprio, afastado do PRF. Guaraná também disputou a indicação do

partido para o pleito de 1923, foi eleito deputado federal e passou a disputar com Sodré o controle de antigas bases nilistas no norte fluminense, em especial em Campos. Com isso, criou disputas com o presidente estadual que culminaram com sua renúncia à Câmara dos Deputados e com a sua aproximação de Backer e da corrente nilista em torno do PRRJ.

Em abril de 1927 o PRF elegeu Manuel Duarte, escolhido na convenção partidária de dezembro de 1926, presidente do estado (1927-1930), e ainda 40 dos 45 deputados estaduais, sendo as cinco vagas restantes ocupadas por nilistas acordistas. Em dezembro, o novo presidente da República, reiterando seu apoio político ao PRF, nomeou Oliveira Botelho ministro da Fazenda e com isso atendeu a uma reivindicação que os políticos situacionistas fluminenses expressavam desde 1925.

Na convenção do PRF realizada em julho de 1928 foi eleita uma nova comissão executiva, bastante semelhante à anterior, alterada apenas pela substituição de Manuel Duarte, agora na presidência estadual, por Feliciano Sodré, agora senador. Durante a convenção mais uma vez foram confirmadas as boas relações políticas entre o situacionismo fluminense e o governo federal. Em 1929 o PRF apoiou a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República em oposição a Getúlio Vargas, apoiado pela Aliança Liberal. Durante a campanha eleitoral, o PRF procurou diminuir a força aliancista no estado, reforçando a criação de comitês pró-Júlio Prestes e promovendo diversas caravanas a municípios do interior.

Nas articulações que antecederam as eleições março de 1930 houve divergências internas no PRF, mesmo com todo o alinhamento político com o governo federal. Um desses atritos ficou expresso no veto de Manuel Duarte à candidatura do deputado federal Miranda Rosa ao Senado. Manuel Duarte discordou também de algumas posições de Feliciano Sodré, que defendia no plenário no Senado a eleição indireta e o voto a descoberto, enquanto ele próprio se comprometia com eleições diretas e a não interferência nos resultados eleitorais, o que lhe angariou simpatias entre os nilistas. De toda forma, Júlio Prestes foi vitorioso no estado do Rio de Janeiro por ampla margem de votos, e a chapa oficial do PRF para a Câmara dos Deputados foi eleita integralmente. Além de 14 deputados do PRF, foram eleitos dois deputados pelos nilistas acordistas do PRRJ e um candidato avulso. Ao longo do governo de Manuel Duarte, a proximidade com Washington Luís ficou expressa na presença de 13 deputados federais fluminenses nas 12 comissões permanentes da Câmara

dos Deputados. Em 3 de agosto, o PRF elegeu todos os deputados estaduais, com exceção de cinco, que, dessa vez, não eram representantes da minoria nilista, mas candidatos avulsos.

Com a vitória da Revolução no dia 24 de outubro de 1930, Manuel Duarte foi deposto, e o governo fluminense passou a ser ocupado pelo tenente-coronel Demócrito Barbosa. Este, no dia 29 de outubro, passou o poder estadual a Plínio Casado, que foi confirmado interventor no estado por Getúlio Vargas, empossado na chefia do governo provisório em 3 de novembro.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. LAMARÃO, Sérgio. Crise e Renovação. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989; KORNIS, Mônica. Enfrentamento e acordo. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de ouro: elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

O PÓS-1930

Ao eclodir a Revolução de 1930, a comissão executiva do PRF era integrada pelo senador Júlio Veríssimo da Silva Santos (presidente), deputado José de Moraes (vice-presidente) e Horácio Magalhães (secretário). A vitória do movimento revolucionário contribuiu para a desestruturação do partido, marcando o início de nova série de dissidências.

Em 1932, tentando reorganizar-se, o PRF apoiou a campanha pela reconstitucionalização do país liderada pela Frente Única Paulista (FUP). Já no mês de junho, entretanto, uma facção chefiada por Alfredo Backer desligou-se do partido para fundar uma nova organização, o Partido Liberal Social Fluminense. Convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933, o PRF apresentou chapa encabeçada por Manuel Duarte, mas elegeu um único representante, Acúrcio Torres.

Em 1934, novas divergências surgiram dentro do PRF, motivadas pela disputa de poder na direção do partido. A comissão executiva deveria ter sido substituída em junho de 1932,

mas, em vista da instabilidade que se seguiu à Revolução de 1930, considerara seu mandato automaticamente prorrogado. Apoiados entre outros por Oliveira Botelho, Thiers Cardoso e Norival de Freitas, os dirigentes do PRF foram contestados por um grupo, do qual faziam parte Manuel Duarte, Acúrcio Torres, Galdino do Vale Filho e Miguel de Carvalho, que desejava a total reformulação do partido e a elaboração de um novo programa adequado às condições do país. Sem conseguir chegar a um acordo, o grupo de Manuel Duarte desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro. Por essa época, os dirigentes republicanos fizeram um apelo a Feliciano Sodré, antigo líder do partido afastado da política, para que retornasse à vida partidária, assumindo a direção do PRF. No mês de agosto foi eleita uma nova comissão executiva, da qual faziam parte Feliciano Sodré, Oliveira Botelho, José de Moraes, Thiers Cardoso, Horácio Magalhães, Arnaldo Tavares, Sílvio Rangel, Jaime de Barros, Godofredo Pinto, Mendes Anta e Norival de Freitas.

Nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Constituinte estadual, o PRF não conseguiu eleger nenhum deputado federal e apenas um deputado estadual, Arnaldo Tavares. Na escolha do candidato ao governo do estado — a Constituinte estadual, além de preparar a Constituição, deveria eleger o governador e dois senadores — o representante do PRF apoiou inicialmente o nome de Raul Fernandes, apresentado pelo Partido Popular Radical (PPR). Essa atitude gerou novos atritos, pois a comissão executiva do PRF declarou que não a havia autorizado. De toda forma, dentro do próprio PPR o nome de José Eduardo de Macedo Soares veio disputar a indicação com Raul Fernandes. Como o PPR precisava do apoio do Partido Socialista Fluminense, que não aceitava Raul Fernandes, um terceiro nome acabou por ser lançado: o do almirante Protógenes Guimarães, que recebeu o apoio do PRF. Instalada a Constituinte fluminense em setembro de 1935, Arnaldo Tavares foi eleito presidente da Assembleia e, em uma eleição tumultuada, o almirante Protógenes foi escolhido governador.

Assim como os demais partidos, o PRF foi extinto no início do Estado Novo.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: *Diário de Notícias* (1930-1937); *Estado* (1930-1937).